



As universidades e o Regime Militar

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 429 p.

Carla do Nascimento Santos Morani*

O livro *“As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária”*, publicado em 2014, resulta das discussões e da análise atinentes à unidade entre os fundamentos do “Regime Militar”, suas manifestações históricas na realidade da formação social brasileira e seus impactos sobre as universidades e os profissionais da academia. A partir de questionamentos pouco visitados pela historiografia, com reflexões pautadas em dados, indícios e informações coletados em sua pesquisa, justifica, por si só, o empreendimento e o esforço intelectual para desvendar as reformas do regime político construído a partir de 1964, que impactaram o ensino superior e que, ainda hoje, dão forma ao sistema universitário, embora tenhamos algumas mudanças adotadas a partir da redemocratização em anos recentes.

A título de informações preliminares, o livro foi estruturado em oito capítulos, guardando unidade e coesão entre eles, com recomendações do autor para que se faça uma leitura contínua e que se tenha algum conhecimento do processo histórico da formação social brasileira, suas especificidades no regime político formulado a partir de 1964 e seus impactos nas políticas universitárias. Além disso, destaca a ideologia do desenvolvimento, da modernização autoritária, a participação e repercussão das contradições de opiniões diferenciadas entre grupos de direita e esquerda na reforma universitária.

O autor estabelece uma premissa acerca da representação das universidades:

* Assistente Social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio – Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). E-mail: <karlansantos@hotmail.com>.

As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrelaços das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar. Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem (p.16).

Nesse sentido, o propósito do trabalho apresentado no livro é o de ir além do que já sabemos sobre o impacto do regime militar na sociedade brasileira, a partir da construção de análises e de interpretações mais atentas, especificamente sobre o meio universitário. No entanto, sem a pretensão de esgotar o assunto, atingir a verdade plena e se constituir num manual. Ou seja, torna-se uma obra básica, no sentido amplo, no que se refere ao fato de tratar à temática “As universidades e o Regime Militar”.

No primeiro capítulo, intitulado “*Operação limpeza*”, Rodrigo Patto Sá Motta reproduz o termo utilizado pelos agentes do Estado e seus apoiadores, expressando a ação política do golpe de 1964 contra os movimentos e a propagação dos valores esquerdistas, que tinham a grande participação do ambiente universitário, em meio à militância de estudantes, docentes e organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Tal processo se expressa em três eixos analíticos desenvolvidos pelo autor, que nos permitem vislumbrar os atos engendrados nas Universidades sob o regime militar. São eles: as intervenções nas reitorias; procedimentos inquisitoriais e expurgo; e a “normalização” e o desafio estudantil.

Como parte da ação política que emergia com o golpe de 1964, o autor apresenta o processo de afastamento de dirigentes de universidades (diretores e reitores) e utilização dos inquéritos Policial-Militares (IPMs) e dos processos de investigação da Justiça Militar, previstos nos códigos normativos das instituições militares e na Lei de Segurança para investigar crimes militares e políticos, e a criação e atuação da Comissão Geral de Investigações (CGI) e das comissões de sindicância nas universidades. Segundo o autor, a ação das comissões de sindicância nas universidades levou à demissão de professores em várias instituições de ensino superior do país, causando tanto ou maior prejuízo quanto os IPMs, ambos criados em decorrência das disposições dos Atos Institucionais.

Soma-se a essas ações o novo formato legal criado com a Constituição de 1967, que prometia diálogo e tolerância, mas que, na realidade, se tratava de estratégia de governo para enquadrar o movimento estudantil e os jovens com ideias de esquerda presentes no comando das principais

entidades estudantis, como a UNE – sendo esse desafiador para o movimento estudantil e suas entidades, pois ao mesmo tempo permitia e vedava qualquer contestação.

Rodrigo Patto Sá Motta finaliza o capítulo reiterando que o empenho da “*Operação limpeza*” das universidades, ocorrida sob o regime militar, teve grande influência das ações conciliatórias. Essas ações conciliatórias são consideradas pelo autor como uma das particularidades da cultura política brasileira, na qual o projeto de modernização universitária, para além dos objetivos econômicos, seria uma forma de acomodar e integrar os descontentes.

Para analisar o projeto de modernização universitária no Brasil, será necessário considerar suas particularidades, levando em conta as influências estrangeiras, especificamente a norte-americana, e as reformas educacionais subsidiadas pelo Ato Institucional, bem como os seus resultados – assuntos estes que são apresentados nos próximos capítulos do livro.

Com o título “*A face modernizadora*”, o autor apresenta, no segundo capítulo, os novos rumos da universidade, reafirmando que os anos de 1960 foram sedutores e apelativos para o desenvolvimento e para a modernização; o papel do Ministério da Educação (MEC) e a grande influência internacional. Fatos estes que explicam a incorporação da reforma universitária e as primeiras medidas para seu início, com o funcionamento do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), a criação dos Decretos-Lei n.53 (18 de novembro de 1966) e n.252 (28 de fevereiro de 1967), que influenciaram na organização e gestão das universidades.

Outra situação apresentada pelo autor foi a grande participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), por meio de criação de fundos, na ampliação da formação de técnicos de pós-graduação e estudos de projetos e programas para elaboração de estratégias de desenvolvimento econômico, com vistas a reduzir a dependência tecnológica externa e fortalecer empresas brasileiras públicas e privadas, como o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED).

O autor prossegue o capítulo apresentando e analisando o Projeto Rondon, seu objetivo e a sua diferença com relação aos projetos anteriores. Identifica que, ao ser gestado sob a tutela militar, sua proposta buscava levar conhecimento e formar a “consciência nacional” e, de certa forma, manter a ordem. Porém, questiona sua ação, pois não conseguiu impedir que as manifestações contra os acordos MEC-Usaid ocorressem, embora tenham atingindo a conformidade de alguns participantes do projeto com a situação política do país. Tal realidade, que levou o governo militar a colocar como urgência política a temática da Reforma Universitária, criando o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) e da Lei da Reforma (Lei 5.540/1968), o que, para o autor, traz para o meio universitário po-

sicionamentos confusos de críticos do governo, esquerdistas e líderes estudantis com relação ao processo de reforma.

No terceiro capítulo, intitulado *“A Usaid e a influência norte-americana”*, o autor, sem deixar de considerar que a presença de estrangeiros na educação superior brasileira é bem anterior à Guerra Fria, dá prosseguimento ao debate sobre a participação e a influência norte-americana no sistema universitário brasileiro. Tal processo se deu em meio à lógica da modernização autoritária das universidades e é analisada tendo por base os acordos feitos entre o MEC, a Usaid e o governo dos Estados Unidos, para compreender os seus interesses políticos e a sua relação com os governos militares sob a ótica do progresso.

Sendo assim, no final do presente capítulo, é realizado um balanço da “americanização” e, especificamente, do investimento financeiro dos Estados Unidos, das Fundações Ford e Rockefeller na educação brasileira e a participação do movimento estudantil no bloqueio dos acordos. Nesse balanço, dentre os aspectos apontados em sua análise, temos: a pouca modificação nas estruturas de ensino, pesquisa e extensão; na gestão política e administrativa, na forma de seleção dos alunos; a permanência da dependência política e financeira do Estado e a não utilização da proposta do projeto privatizante, que cogitava a cobrança de taxas dos alunos. Isso nos revelaria, segundo o autor, que a influência norte-americana na organização e na gestão das instituições públicas de ensino superior no Brasil foi parcial.

Nos quarto e quinto capítulos, denominados, respectivamente, como *“O novo ciclo repressivo”* e *“Os espiões dos campi”*, são intensas as preocupações do autor em não somente sinalizar historicamente a vigilância política sobre as universidades no contexto do AI-5, mas apresentar registros de documentos identificados em sua pesquisa e tecer reflexões para favorecer, ao leitor, tanto o conhecimento e compreensão quanto a avaliação da atuação dos órgãos de informação que foram instalados dentro das universidades a partir dos anos 1970, e demonstrar seus rebatimentos na organização de diversas universidades do país. Acontecimento esse que se tornou uma das principais bandeiras, de crítica e rechaço, dos movimentos docente e estudantil, que buscavam a democratização das instituições de ensino superior.

Outras questões relevantes destacadas pelo autor foram: a criação do Decreto nº 477, considerado como um dos instrumentos mais repressivos produzidos pelo regime militar, devido à amplitude de “infrações” nele previstas, que se voltava para o desmantelamento do movimento estudantil; a publicação do AC-75, para impedir a contratação dos punidos em outros órgãos; bem como o Decreto nº 869, que obrigava a inclusão da educação moral e cívica nas escolas de todos os graus e modalidades e que, à semelhança do Projeto Rondon, buscava introduzir valores patriotas para manter a ordem e combater o comunismo.

Dando continuidade à sua análise sobre a inserção da cultura política e modernização autoritária nas universidades brasileiras, no sexto

capítulo, o autor apresenta *“Os resultados das reformas”*, trazendo uma abordagem mais detalhada e um breve balanço sobre os resultados, problemas e limites alcançados com a reforma entre o final da década de 1960 e início de 1970. Nesse contexto, como parte dos resultados, uma das questões identificadas foi o alto índice de investimento científico e tecnológico e o crescimento de instituições de ensino superior públicas. Paralelamente a isso, a proliferação das instituições privadas, bem como a expansão de cursos e de vagas na graduação e pós-graduação. Isto é, a maneira precária como tal processo se deu, sem os cuidados devidos com a qualidade na infraestrutura e no corpo docente. Ademais, ainda como componentes desse processo reformista, são citadas a ação restrita para algumas áreas de atuação, a grande vigilância das ciências sociais - que consumia de maneira superficial os conceitos marxistas, acompanhada de grande influência norte-americana.

Por fim, nos dois últimos capítulos do livro – sétimo e oitavo – respectivamente intitulados *“Adesão, resistência e acomodação: o influxo da cultura política”* e *“Epílogo: o desmonte do aparato autoritário nas universidades”*, o autor tece reflexões, análises e repercussões do regime militar nas universidades, baseadas nos dados e nas discussões já realizadas e apresentadas ao longo de sua obra, com ênfase na manifestação e no desenvolvimento de paradoxos.

Ao discorrer sobre esse debate, dentre outras problemáticas, o autor nos apresenta o *“influxo político da cultura brasileira”*, bem como suas peculiaridades. Isto como base para entender a tradição de conciliação e negociação, e a tendência à acomodação de grupos diferentes, com projetos díspares e contraditórios, principalmente no processo de transição para a democracia. Nesse cenário, como parte dessa relação contraditória, o autor percebe uma dualidade de posição política do Estado, pois, ao mesmo tempo em que era autoritária, era convincente. Como um dos exemplos disso, tivemos o fechamento da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) e a Anistia, por meio da Lei nº 6.683/1979, para a reintegração dos professores perseguidos pelo regime militar.

A presente obra apresenta um debate imprescindível para uma formação profissional comprometida com a direção social que busca a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Por essa razão, pode servir como vigoroso instrumento para o fortalecimento de estratégias e de ações contrárias a processos repressivos, servindo também como fonte e inspiração para novas pesquisas com vistas à produção de conhecimento sobre *“As universidades e o Regime Militar”*, contribuindo não somente para as reflexões de estudantes, profissionais e pesquisadores de história, mas do Serviço Social e demais áreas afins.